



FICHA TÉCNICA

Título

Fragmenta Historica – História, Paleografia e Diplomática

ISSN

1647-6344

Editor

Centro de Estudos Históricos

Director

João José Alves Dias

Conselho Editorial

João Costa: Licenciado em História pela FCSH/NOVA. Mestre em História Medieval pela FCSH/NOVA. Doutor em História Medieval na FCSH/NOVA

José Jorge Gonçalves: Licenciado em História pela FCSH-NOVA. Mestre em História Moderna pela FCSH/NOVA. Doutor em História Moderna pela FCSH/NOVA

Pedro Pinto: Licenciado em História pela FCSH/NOVA

Conselho Científico

Fernando Augusto de Figueiredo (CEH-NOVA; CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa)

Gerhard Sailer (Diplomatische Akademie Wien)

Helga Maria Jüsten (CEH-NOVA)

Helmut Siepmann (U. Köln)

Iria Vicente Gonçalves (CEH-NOVA; IEM – FCSH/NOVA)

João Costa (CEH-NOVA; IEM – FCSH/NOVA)

João José Alves Dias (CEH-NOVA; CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa)

João Paulo Oliveira e Costa (CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa)

Jorge Pereira de Sampaio (CEH-NOVA; CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa)

José Jorge Gonçalves (CEH-NOVA; CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa)

Julián Martín Abad (Biblioteca Nacional de España)

Maria Ângela Godinho Vieira Rocha Beirante (CEH-NOVA)

Maria de Fátima Mendes Vieira Botão Salvador (CEH-NOVA; IEM – FCSH/NOVA)

Design Gráfico

Ana Paula Silva

Índices

João Costa

Imagem de capa

Provisão de D. João I mandando dar da Torre do Tombo os traslados de papéis e escrituras pertencentes ao mosteiro de São Miguel de Vilarinho, em especial de uns casais situados na antiga freguesia de São João das Caldas de Vizela. Lisboa, 1422, Agosto, 18 (A.N.T.T., Coleção Especial, maço, 33, doc. 15). Imagem cedida pelo ANTT.



SUMÁRIO

Imagem da capa: Portugal e a vulgarização da datação do ano pelo modo corrente, p. 11
João Alves Dias

ESTUDOS

As capelas do rei D. Dinis, p. 15
Saul António Gomes

MONUMENTA HISTORICA

Inês Olaia, Sandra M. G. Pinto, Diana Martins, Pedro Pinto, Carlos Silva Moura, Ana Pereira Ferreira, Duarte de Babo Marinho, Maria Teresa Morujão Novais de Oliveira, Ricardo Seabra, João Pedro Vieira, Roberto Fiorentini, João Costa, Miguel Rodrigues Lourenço, Leonor Dias Garcia, Miguel Portela, André Caracol Teixeira

Demarcação dos termos de Aguiar da Beira e Sernancelhe (1266), p. 51

Instrumento de sentença dado pelos almotacés de Leiria sobre as águas de uns moinhos (1286), p. 53

Apresentação de propriedades em Gradiz (1288), p. 55

Sentença de contenda entre o mosteiro de São João de Tarouca e o concelho de Aguiar sobre herdamentos disputados por ambos (1289), p. 57

Transcrições e resumos seiscentistas de fragmentos originais da chancelaria de D. Afonso IV, entretanto desaparecidos (1325-1327), p. 59

Correição de Pero Domingues em Castro Marim sobre a eleição de um procurador e escrivão da câmara (1343), p. 73

Inventário dos bens de João Freire (1377), p. 77

Demarcação dos termos dos concelhos de Manteigas e Gouveia (1387-1484), p. 81

Sentença da rainha D. Filipa sobre as obras da muralha de Alenquer (1405), p. 85

Inventário dos bens que ficaram por falecimento de Vasco Martins da Cunha, senhor de Tábua (1407), p. 89

Carta de aquantamento de Diogo Álvares (1409), p. 95

Instrumento de protesto do prior de Santa Cruz de Coimbra (1436), p. 97

Carta do infante D. Pedro para D. Álvaro, conde de Barcelos, sobre a libertação do infante D. Fernando (1440), p. 99

Traslado de carta de D. Afonso V à câmara do Porto com resposta a agravos (1448), p. 101

Carta de D. Afonso V à câmara de Bragança, notificando-lhes a cedência do governo do reino feita pelo infante D. Pedro (1448), p. 105

Traslado de carta de D. Afonso V com a resposta a agravos enviados à corte pela câmara de Loulé (1448), p. 109

Carta de D. Afonso V aos oficiais da câmara da cidade de Évora sobre os procuradores enviados à corte (1448), p. 113

Carta de D. Afonso V aos oficiais da câmara da cidade de Évora respondendo a um capítulo apresentado (1448), p. 115

Carta de D. Afonso V aos oficiais da câmara da cidade de Évora respondendo a vários capítulos apresentados (1449), p. 117

Carta consolatória para Isabel de Urgel [1455-1469], p. 121

Instrumento de nomeação de terceira pessoa em emprazamento de casas que o mosteiro de S. Vicente de Fora tem na judiaria de Alfama (1462), p. 125

Alvará de D. Afonso V para D. Fernando, conde de Guimarães, sobre o título de marquês (1463), p. 129

Carta de instrução de D. Afonso V a D. João Fernandes da Silveira em Castela (1465), p. 131

Carta de D. Afonso V para D. Fernando, conde de Guimarães (1466), p. 135

Carta do duque de Bragança a D. Afonso V sobre o casamento da Excelente Senhora (1467), p. 137

Carta de instrução do conde D. Álvaro a João de Porras (1468), p. 139

Carta do duque de Bragança a D. Afonso V sobre a ida de Castela (1468), p. 141

Traslado de carta de D. Afonso V à câmara do Porto com resposta a agravos apresentados em 1449 (1469), p. 145

Carta de D. Afonso V para D. Fernando, conde de Guimarães (1470), p. 151

Capitulações dos reis de Castela para o contrato de casamento de D. Afonso V [1470-1472], p. 153

Carta de Fernão de Pulgar ao rei D. Afonso V sobre a entrada deste em Castela [1474-1475], p. 157

Carta de Vasco Queimado ao príncipe D. João [1477-1478], p. 161

Indemnização paga por João da Silva a Garcia Ferreira por derrubar moinhos na Ribeira de Ulme (1479), p. 163

Regimento de D. Afonso V a Fernão de Valadares sobre o que haveria de fazer em Lisboa (1480), p. 165

Carta de D. Martinho de Ataíde, conde de Atouguia, ao duque de Bragança [1482-1483], p. 167

Oração de Lopo da Fonseca a D. João II aquando da sua entrada em Lisboa [1484-1485], p. 169

Carta de D. João II a Fernão de Valadares sobre a guerra em África (1488), p. 171

Carta de D. João II a Fernão de Valadares sobre o cerco da Graciosa (1489), p. 173

Carta de D. João II à câmara de Évora sobre o cerco da fortaleza da Graciosa (1489), p. 175

Segunda carta de D. João II a Fernão de Valadares sobre o cerco da Graciosa (1489), p. 177

Carta de conversão de Afonso Rodrigues (1492), p. 179

Carta de D. Manuel I a D. Álvaro de Portugal sobre o seu casamento com D. Isabel (1496), p. 181

Carta do porteiro dos contos de Alenquer a D. Manuel [1496-1514], p. 183

Carta de D. Manuel I a D. Álvaro de Portugal sobre o seu casamento com D. Isabel (1497), p. 185

Segunda carta de D. Manuel I a D. Álvaro de Portugal sobre o seu casamento com D. Isabel (1497), p. 187

Instrumento de protesto do convento de Nossa Senhora de Graça de Lisboa sobre o lugar que deveriam ocupar numa procissão (1498), p. 189

Carta de D. Manuel I a D. Isabel, a católica, sobre a expulsão dos hereges (1498), p. 191

Carta do duque de Bragança ao rei Fernando de pêsames pela morte de D. Isabel de Portugal (1498), p. 193

Carta da rainha D. Leonor aos reis católicos de pêsames pela morte de D. Isabel de Portugal (1498), p. 195

Carta de D. Manuel I ao secretário dos reis católicos sobre a compra de prata para a armada da Índia (1499), p. 197

Carta da câmara de Lisboa à câmara de Évora sobre a partida do rei para África (1500), p. 199

Segunda carta da câmara de Lisboa à câmara de Évora sobre a partida do rei D. Manuel I para África (1500), p. 201

Carta de Rui de Sande a D. Manuel I sobre o seu casamento com Maria de Aragão (1500), p. 203

Arrematação de casas em Miragaia por Lopo Rebelo (1501), p. 207

Tombo dos bens das capelas de D. Pedro de Meneses e de sua filha D. Leonor de Meneses, instituídas no mosteiro de Santo Agostinho da vila de Santarém (1506), p. 211

Tombo dos bens do concelho de Beja (1509-[1541]), p. 295

Mantimento atribuído no casamento aos servidores da casa real, cavaleiros e escudeiros (séc. XVI), p. 307

Recibo do almoxarife do armazém de Goa relativo à entrega de certas armas (1523), p. 311

Carta do marquês de Vila Real a D. João III sobre a entrada de Carlos V em Sevilha (1526), p. 313

Carta do marquês de Vila Real a D. João III sobre o casamento de Carlos V com D. Isabel (1526), p. 315

Carta do marquês de Vila Real a D. João III sobre o baptismo do príncipe D. Afonso (1526), p. 323

Carta do marquês de Vila Real a D. João III sobre o imperador Carlos V (1526), p. 325

Carta do marquês de Vila Real ao imperador Carlos V (1528), p. 327

Lembrança do terramoto que houve em Portugal (1531), p. 329

Descrição da orla costeira de Portugal por Gonçalo de Oliveira (1532), p. 331

Carta do marquês de Vila Real a Thomas Cromwell intercedendo por um seu apaniguado (1534), p. 335

Mandado de Bartolomeu de Paiva relativo à encadernação das crónicas que andavam na guarda-roupa do rei (1534), p. 337

Lettera di anonimo a papa Paolo III Farnese in Roma [1534-1540], p. 339

Relazione in merito ai cristiani nuovi di Portogallo [1534-1549], p. 343

Carta de procuração do marquês de Vila Real ao conde da Castanheira para jurar por ele o príncipe D. Manuel como herdeiro do rei (1535), p. 347

Apontamentos de António Carneiro sobre a morte do rei D. Manuel I [c. 1537], p. 349

Carta de Miguel de Sousa a Nuno de Sousa sobre a cheia que ocorrera em Lisboa (1539), p. 351

Carta de D. João III autorizando que João Rodrigues de Sá de Meneses obrigasse certas casas na Rua Nova (1541), p. 353

Relazione in merito ai cristiani nuovi di Portogallo [1545], p. 355

Rol da gente cortesã em Almeirim (1545), p. 359

Carta de D. João III de perdão a Manuel Varela, que trouxera cartas do rei do Congo (1550), p. 371

Carta de Baltasar Colaço Soeiro sobre a trasladação das ossadas do rei D. Manuel I (1551), p. 373

Apontamentos das perguntas a fazer no caso do levantamento popular que julgou em estátua o feitor da alfândega de Viana em imitação dos procedimentos inquisitoriais (1552), p. 381

Relato da entrada em Portugal da princesa D. Joana por ocasião do seu casamento com o príncipe D. João (1552), p. 385

Relato da entrada da princesa D. Joana em Portugal [1552], p. 391

Relato da morte do príncipe D. João, filho de D. João III [1554], p. 395

Carta de Filipe Fialho sobre Diogo de Sá e sua família (1554), p. 397

Relato do regresso a Castela da princesa D. Joana, viúva do príncipe D. João [1554], p. 399

Lista das pessoas que pedem comendas [1557], p. 401

Lista das pessoas que pedem remuneração pelos seus serviços à coroa [1557], p. 405

Relato da viagem da infanta D. Maria, filha de D. Manuel I, até Badajoz, onde se encontrou com a sua mãe e tia [c. 1558], p. 413

Testamento de Aleixo de Sousa Chichorro (1560), p. 417

Carta de Álvaro Mendes para o rei de Portugal sobre o comércio da Índia [c. 1568-1569], p. 425

Carta sobre a expedição de Francisco Barreto ao Monomotapa [1569], p. 429

Carta a D. Sebastião sobre o comércio da Índia [c. 1570], p. 433

Carta de D. Francisco Mascarenhas armando cavaleiro a Francisco Rodrigues pelos seus serviços em Chaul e Baçaim (1571), p. 437

Traslado do contrato que o governador da Índia fez com a cidade de Goa para acudir a Malaca (1575), p. 441

Processo contra António Achis, criado de António Ribeiro, solicitador da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (1577), p. 445

Carta de D. Diogo de Meneses a Pero de Mendonça Furtado, capitão de Chaul (1578), p. 449

Segunda carta de D. Diogo de Meneses a Pero de Mendonça Furtado, capitão de Chaul (1578), p. 453

Testamento de Duarte de Castro do Rio (1582), p. 455

Memorial anónimo de queixas contra Matias de Albuquerque, vice-rei da Índia (c. 1593), p. 463

Carta de Gaspar Leite da Fonseca a Gaspar de Melo de Sampaio enviando certidão dos seus serviços em Pate, Melinde, Queixome, Chaul e Cananor (1621), p. 469

Alvará em favor de João Delgado Figueira, inquisidor de Goa (1626), p. 487

Descrição da fortaleza de Malaca por D. Gonçalo da Silva, bispo de Malaca [1627], p. 489

Carta de Fernão de Cron a Domingos de Moura sobre o envio do corpo do defunto Garcia de Melo de Madrid para Lisboa (1632), p. 493

Certidão de Sebastião Godinho Gonçalves sobre o que se passara a bordo do navio que ia para Macaçar (1642), p. 495

Medição e demarcação do reguengo de Azurara, termo da cidade do Porto (1648), p. 497

Carta do inquisidor Jerónimo Soares sobre a suspensão do Tribunal do Santo Ofício (1675), p. 501

Carta de alforria concedida por Paulo Freme da Silva ao seu escravo João (1686), p. 507

Devassa sobre o procedimento de António Machado de Brito no estreito de Ormuz (1693), p. 509

Testamento de Manuel Vaz Perestrelo, secretário da Inquisição de Évora (1692), p. 541

Contrato que fez a Santa Casa da Misericórdia de Maiorga com o capitão João Luís Pereira para a construção de uma casa para albergar passageiros (1718), p. 545

Carta do conde da Ericeira a D. Luís da Cunha dando-lhe notícias da Ásia (1742), p. 549

Testamento do pintor José Gonçalves Soares (1750), p. 553

Breve do papa Bento XIV que atribui privilégios especiais à biblioteca do convento de Mafra (1754), p. 557

Contrato e obrigação que fez António Joaquim de Freitas para executar a obra da capela-mor, sacristia e casa da residência do pároco de Souselas (1756), p. 563

Escritura de fiança de José Luís de Sousa para ser assistente no correio de Carvalhos (Porto de Mós) (1818), p. 569

Escritura de uma sociedade com vista à instalação de uma fábrica de sabão em Alcobaça (1879), p. 571

LISBOA
2018

IMAGEM DA CAPA

Portugal e a vulgarização da datação do ano pelo modo corrente

João José Alves Dias
CEH; CHAM & D.H. - FCSH (NOVA) UNL

É frequente escutarmos e lermos, em História, as expressões: “não existem dúvidas...” e “temos a certeza de que...!”.

Tendemos a esquecer que um documento, mesmo confirmado, pode estar errado. A verdade, por vezes, não é exatamente aquilo que aparenta ou até nem é o que o documento diz; a verdade é uma construção em que se acredita; a verdade pode ser apenas uma construção do momento.

Vulgarizou-se que a era Cristã resultou de uma determinação régia assinada, em Lisboa, a 22 de Agosto de 1422 quando em Portugal se cronometrava o tempo pela contagem ERA¹ de 1460, o que acriticamente tem sido aceite por todos nós, sem exceção. Mas será assim? A tal carta que todos temos no pensamento quanto tal se diz e escreve, não é isso que afirma. Vejamos o texto (*atualizamos a ortografia em todas as citações*) que foi publicado nas *Ordenações* de 1521, 1519, 1514 e 1512 (livro IV, título 51):

*El Rei Dom João o primeiro da muito excelente memória fez lei por que mandou a todos os tabeliães que, sob pena de perdimento dos ofícios, pusessem em todas as escrituras que fizessem: Ano do nascimento de nosso senhor Jesus Cristo, assim como antes soíam pôr Era de César; a qual foi publicada em Lisboa aos 22 dias do mês de agosto do ano do nascimento de nosso senhor Jesus Cristo de 1422 anos, no qual tempo andava a era de César em 1460, a qual lei mandamos que em todo se guarde sob a dita pena.*²

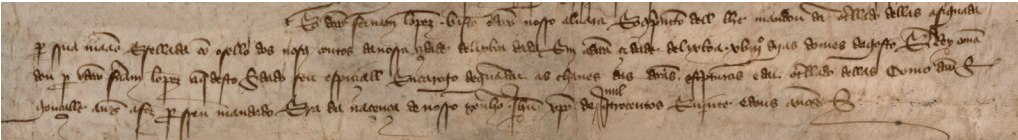
¹ Embora ERA/AERA, tal como NATO/OTAN, seja um acrónimo e, como tal, em teoria, não se devesse de escrever em letra minúscula, nem em plural, a palavra perdeu a memória da sua origem. A contagem só é documentada no século V, pelos Suevos, que com esse calendário tinham no horizonte a data da renovação do acordo do Triunvirato, consagrado que foi no casamento de Marco António com Octávia (irmã de Octaviano), que proporcionou a paz e confirmou o poder sobre a Península da qual que no futuro receberia o nome de «Augusto»; Os Suevos, habituados a que tudo fossem reinos, criaram essa nova forma de contar, fazendo remontar ao princípio de “reinado” na península que eles conquistaram: Ab Exordio Regni Augusti [= (Do começo do reinado de Augusto)]; Annus Erat Regni Augusti [= (era o ano do reinado de Augusto)]. João José Alves Dias – A Era Hispânica / Comunicação ao Congresso Internacional AVGVSTVS APPELLATVS SUM: tradição, ruptura e memória, Lisboa, FCSH-UNL 6-9 de Maio de 2014.

² *O quarto livro das ordenações*, Lisboa: Valentim Fernandes, 1512, fol. 34 [Fac-símile, Lisboa, Centro de Estudos Históricos, 2002].

Realmente parece que a Era de Cristo «foi imposta por lei de 22 de agosto de 1422», mas essa data é antes a da publicação da lei em Lisboa e não a data em que a determinação foi redigida.

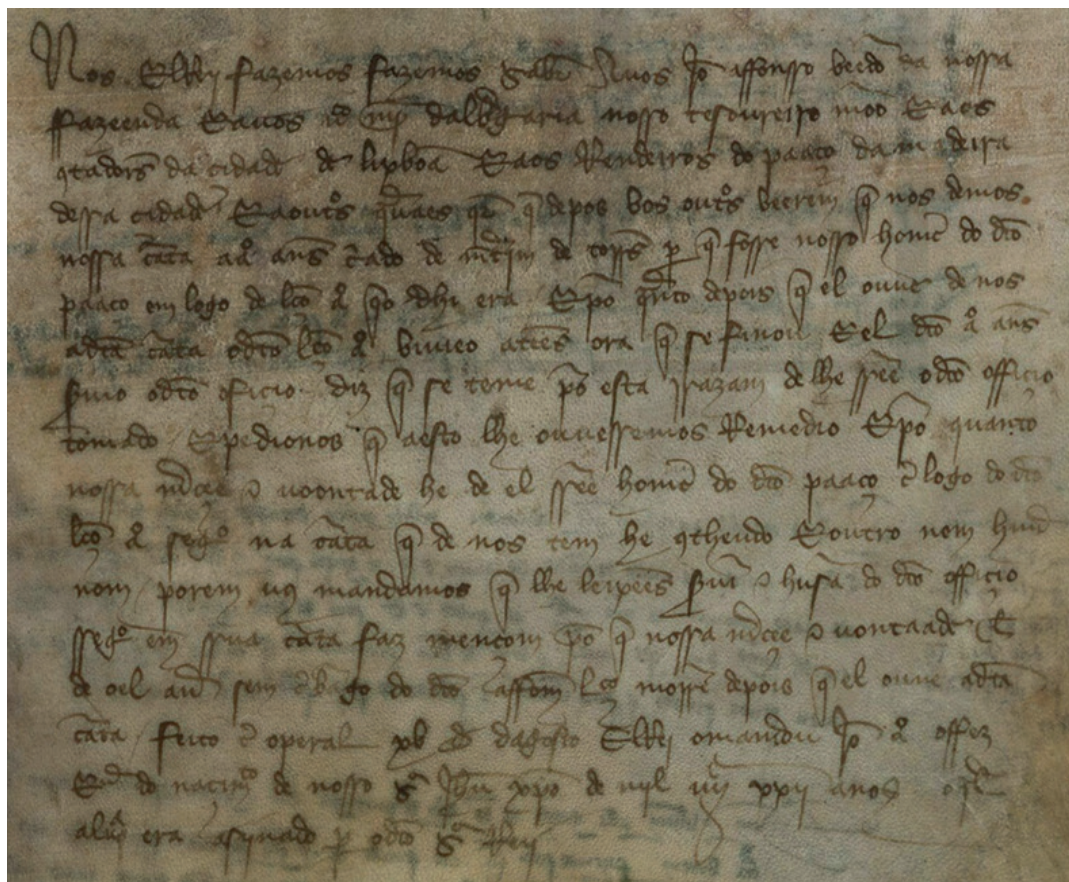


O documento que serve de capa a este número da *Fragmenta Historica* é uma pública forma³ emitida pelo Arquivo do Reino da época – a Torre do Tombo («a nossa torre do castelo da cidade de Lisboa onde estão as nossas escrituras do tombo» [linha 2]) – e assinada por Fernão Lopes («escrivão dos nossos [do Rei] livros que tem carrego [= encargo] das ditas nossas escrituras» [linha 5]) uns dias antes. Vejamos o que está escrito no documento: «E o dito Fernão Lopes visto o dito nosso alvará e o cumprimento dele lhe mandou dar o trelado delas assinado por sua mão e selado com o selo dos nossos contos da nossa cidade de Lisboa, dada em a dita cidade de Lisboa 18 dias do mês de agosto, El Rei o mandou per o dito Fernão Lopes a que disto é dado seu especial encargo de guardar as chaves das ditas escrituras e dar o trelado delas como dito é, Gonçalo Eanes a fez per seu mandado Era da nascença de nosso Senhor Jesus Cristo de mil quatrocentos e vinte e dous anos.» [tudo isto está escrito da quarta linha (a contar do fim) para baixo].



³ Lisboa, A.N.T.T., Coleção Especial, maço, 33, doc. 15. Provisão de D. João I mandando dar da Torre do Tombo os traslados de papéis e escrituras pertencentes ao mosteiro de São Miguel de Vilarinho, em especial de uns casais situados na antiga freguesia de São João das Caldas de Vizela.

Mas tal documento não é o único a anteceder a data de 22 de agosto de 1422. No atual livro original de registos – formado pelos antigos livros da Casa dos Contos⁴ – foi possível encontrar um outro alvará proveniente da corte, datado de 15 de agosto de 1422, assinado pelo Rei, quando este se encontrava no Peral.



É certo que os mais céticos terão a possibilidade de argumentar que este documento é antes o seu registo e não o documento original. Mas a informação interessa-nos especialmente não só por estar com a nova contagem, mas pela localidade em que foi assinado: Peral é hoje uma aldeia, sede da freguesia com o mesmo nome, localizada no Município do Cadaval. Sabemos que o Rei se encontrará a 30 de agosto, de 1422, no mosteiro de Alcobaça. É deste mosteiro que envia aos contadores da cidade de Lisboa a declaração sobre o novo valor das moedas.⁵

Então não era possível ao Rei estar em Lisboa nem a 18 nem a 22 de agosto de 1422. Como já anteriormente chamámos a atenção⁶ as cartas de mandado embora sejam passadas em nome do Rei e tenham a sua autoridade não necessitam da sua presença para serem passadas. O documento régio é apenas assinado por Fernão Lopes, por delegação. O Rei e a Corte encontram-se em itinerância entre Óbidos (14 de agosto) e Alcobaça (30 de agosto).

⁴ Lisboa, A.N.T.T., Livro V da Chancelaria do reinado de D. João I, fol. 133, 2.º doc.

⁵ Lisboa, A.N.T.T., livro V da Chancelaria do reinado de D. João I, fol. 133 v.º, 2.º doc.

⁶ João José Alves Dias – *Em torno da assinatura das cartas régias* [primeira inquietação] / *Fragmenta Historica : Revista do Centro de Estudos Históricos*, N. 3, Lisboa, 2015, p. 7-10.

Mas um documento com a força de alterar a forma de datar foi, certamente, feito, por carta-régia, com autógrafo do Rei. As *Ordenações Afonsinas* ajudam-nos a esclarecer um pouco o panorama. O já transcrito «título 51» de o *quarto liuro das ordenações* das diferentes sistematizações feitas no reinado de D. Manuel introduziu algumas nuances na redação daquele que foi o seu documento-base: o texto do «TÍTULO LXVI» do *livro IIII das Ordenações do senhor Rey D. Affonso V*:

El rei Dom João da famosa e excelente memoria em seu tempo fez lei em esta forma que se segue:

Manda El Rei a todos os tabeliães e escrivães do seu reino e senhorio que daqui em diante em todos os contratos e escrituras que fizessem ponham: Ano do nascimento de nosso senhor Jesus Cristo, assim como antes soíam a pôr Era de César; e esto lhes manda que façam assim, sob pena de privação dos ofícios.

Publicado foi assim o dito mandado do dito senhor na cidade de Lisboa por mim Filipe Afonso Lugar-Tenente do escrivão da Chancelaria nos Paços de El Rei, perante Diogo Afonso do [Paço], ouvidor da sua Corte, que s'ia em audiência, aos 22 dias de agosto, ano do nascimento de nosso senhor Jesus Cristo de 1422 anos.⁷

O dia 22 de agosto de 1422 foi, portanto, a data da publicidade, em Lisboa, da lei. Lembre-se que a legislação demorava algum tempo a ser «publicada» por todo o reino e entrava em vigor, em cada localidade, na data da sua «publicação» que era feita em forma de pregão público. Demora, nos casos das mais rápidas difusões, uma semana para chegar a todo o país.⁸

Mas o mesmo *Livro IIII*, das *Ordenações do senhor Rey D. Affonso V*, ajuda-nos ainda um pouco mais; o «título I» em que são particularizadas as declarações feitas para a equivalência dos diferentes valores das moedas, devido à inflação, inscreve, no seu fim:

Foi publicada esta ordenação em Óbidos por João Mendes, corregedor da Corte de El Rei, a 14 dias de agosto, ano do nascimento de nosso senhor Jesus Cristo de 1422;

Outrossim manda El Rei a todos os tabeliães, e escrivães, que daqui em diante em todas as escrituras que fizerem ponham Era do nascimento de nosso senhor Jesus Cristo de 1422, sob pena de privação dos ofícios.

*Foram publicadas na cidade de Lisboa per mim Filipe Afonso, nos Paços de El Rei, perante Diogo Afonso, Ouvidor em sua Corte, que s'ia em audiência, as ditas declarações e ordenações suso escritas aos 22 dias do mês e era sobredita.*⁹

O dia 22 de agosto foi, assim, apenas a data da publicidade da lei na cidade de Lisboa, não se registando no documento a data da lei¹⁰. Colocamos como hipótese mais provável que a lei da mudança da forma de datar, colocando Cristo no centro do calendário nacional, foi estabelecida em Óbidos, no dia 14 de agosto de 1422, quando se festejavam 37 anos sobre a vitória da batalha de Aljubarrota que na contagem antiga tinha ocorrido na Era de 1423.

⁷ *Ordenações do senhor Rey D. Affonso V, Livro IIII*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1792, p. 233-234.

⁸ João José Alves Dias, "A comunicação entre o poder central e o poder local: a difusão de um Lei em 1532" in *Ensaio de História Moderna*, Lisboa, Editorial Presença, 1988, p. 129-143.

⁹ *Ordenações do senhor Rey D. Affonso V, Livro IIII*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1792, p. 27-28.

¹⁰ João Pedro Ribeiro, *Dissertações chronologicas e criticas sobre a jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal*, tomo II, Lisboa, Academia das Ciências, 1857, p. 25, nota c, já escrevera: «esta lei acha-se sem data na mesma Ord. Afonsina e só traz a sua publicação a 22 de agosto» remetendo para a documentação citada.



CENTRO DE
ESTUDOS
HISTÓRICOS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA